



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA - EXECUTIVO 14/2025

“Dispõe sobre a regulamentação de ambulante eventual não domiciliados no município de Jardim/MS e dá outras providências”

JULIANO DA CUNHA MIRANDA, Prefeito Municipal de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, submete a apreciação do Legislativo Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a dispor sobre o funcionamento e o exercício para o comércio ambulante eventual, no perímetro urbano do Município de Jardim, de pessoas não domiciliadas no município, fixando normas gerais de funcionamento.

§ 1º. Para fins desta Lei é considerado ambulante eventual autônomo aquele que, pessoalmente, exerce pequena atividade comercial de venda de produtos nas áreas públicas no perímetro urbano do Município, em festas, exposições e eventos de curta duração, podendo ser definido como:

I - **Ambulante-mercador**: aquele que comercializa mercadorias produzidas por terceiros;

II - **Ambulante-produtor**: aquele que comercializa, única e exclusivamente, produtos da sua própria fabricação, ou produção.

§ 2º. Estão incluídos entre as áreas públicas, as praças, parques, os logradouros públicos, compreendidos as vias de circulação e as calçadas e demais áreas de uso comum do povo.

§ 3º. Esta lei se aplica aos ambulantes não domiciliados e não residentes no município de Jardim/MS.

§ 4º. Caberá ao departamento de Tributos e Cadastro do Município a definição do local e horário para exercício da atividade de Ambulante Eventual prevista nesta lei.

§ 5º. Para o exercício da atividade de ambulante produtor eventual, além da Licença Especial prevista nesta lei, também deverá portar a licença sanitária expedida pelo órgão municipal competente.

Art. 2º - Os vendedores ambulantes não residentes no município e que tenham interesse em exercer a atividade eventual na cidade de Jardim, deverão registrar-se previamente no Departamento de Tributos e Cadastro com preenchimento do formulário próprio, apresentação de licença sanitária, se for o caso, emissão de Licença Especial para Exercício da Atividade de Ambulante Eventual mediante pagamento de taxa diária ou mensal conforme anexo I desta lei e atendimento dos demais requisitos estabelecidos nesta norma.

§ 1º - A Licença Especial para Exercício da Atividade de Ambulante Eventual será emitida pelo Departamento de Tributos e Cadastro e deverá conter:

I – Nome e CPF do responsável, e indicação de funcionário se houver;





CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AV. DUQUE DE CAXIAS, Nº 206 – CENTRO - CEP. 79.240-000 - JARDIM - MS

- II** – Razão Social, nome fantasia e CNPJ do responsável, se houver;
- III** – Endereço completo de residência do responsável e telefone de contato;
- IV** – Ramo de atividade e produtos vendidos;
- V** – Data da emissão da licença;
- VI** – Validade da licença;
- VII** – Local e Horário para realização da atividade;
- VIII** – Placa do veículo com o qual será exercida a atividade, se cabível;

§ 2º - A Licença Especial para Exercício da Atividade de Ambulante Eventual é intransferível.

§ 3º - A Licença Especial para Exercício da Atividade de Ambulante Eventual deverá sempre estar atualizada e em poder do comerciante eventual ambulante.

§ 4 - A Licença Especial para Exercício da Atividade de Ambulante Eventual deverá ser atualizada sempre que as houver alterações ou quando expirar sua vigência.

Art. 3º- A Licença Especial para Exercício da Atividade de Ambulante Eventual poderá ser suspensa, cassada ou não renovada, por meio de fiscalização municipal e em virtude de decisão motivada.

Parágrafo único: A suspensão, cassação ou não renovação da licença não ensejará indenização pelo Poder Público.

Art. 4º - É vedado ao vendedor eventual ambulante descrito nesta Lei:

- I** – Exercer atividades sem a devida autorização;
- II** – Não exercer pessoalmente a atividade e sem a autorização e comunicação previa;
- III** – Comercializar produtos não mencionados em sua licença;
- IV** – Possuir, expor e/ou vender mercadorias ilícitas;
- V** – Apregoar mercadorias fora do seu espaço autorizado ou serviços em voz alta, mesmo que transitoriamente, com oferecimento de seus produtos;
- VI** – Instalar ou conduzir volumes de forma que atrapalhem a circulação de pedestres e/ou veículos particulares;

Art. 5 - É expressamente proibida a comercialização por ambulante de:

- I** – Alimentos e/ou bebidas preparados no local, sem que a atividade/local esteja licenciada pela Vigilância Sanitária Municipal;
- II** – Alimentos e/ou bebidas preparados preponderantemente no local, sem que a atividade/local esteja licenciada pela Vigilância Sanitária Municipal;
- III** – Bebidas prontas fracionadas, sem que a atividade/local esteja licenciada pela Vigilância Sanitária Municipal;
- IV** – Medicamentos e especialidades farmacêuticas;
- V** – Telefones celulares, eletroportáteis ou eletrodomésticos;
- VI** – Facas, canivetes e similares, armas, munições, pólvora, réplica de armas de fogo e/ou produtos semelhantes;
- VII** – Fogos de artifício e artigos pirotécnicos, produtos explosivos, inflamáveis, corrosivos e/ou semelhantes;
- VIII** – Desinfetantes, inseticidas, fungicidas, herbicidas, parasiticidas, raticidas e semelhantes.
- IX** – animais;

Parágrafo único: Cabe a Fiscalização Municipal proibir quaisquer produtos que, a seu juízo, ofereçam perigo à saúde pública ou passem a apresentar quaisquer inconvenientes.





CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AV. DUQUE DE CAXIAS, Nº 206 – CENTRO - CEP. 79.240-000 - JARDIM - MS

Art. 6º - As mercadorias que em virtude de infração forem apreendidas nas áreas públicas do perímetro urbano de Jardim, serão recolhidas em depósito público, mantido a guarda pela Fiscalização Municipal.

§ 1º. As mercadorias perecíveis serão imediatamente doadas às instituições de caridade cadastradas no Município de Jardim-MS.

§ 2º. As mercadorias não perecíveis recolhidas ao depósito só poderão ser devolvidas mediante requerimento do respectivo proprietário, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data da apreensão, mediante a comprovação do pagamento de eventual multa aplicada, sob pena de perda dos bens para a municipalidade.

Art. 7º - Sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, a autorização dos ambulantes poderá ser cassada quando constatada qualquer das seguintes infrações:

- I - Venda de mercadoria deteriorada;
- II - Fornecimento de mercadoria a vendedores clandestinos;
- III - Desacato aos agentes de fiscalização;
- IV - Agressão física ou moral;
- V - Atitude atentatória à moral e aos bons costumes;
- VI - Ser autuado sem estar portando a Licença Especial para exercício da Atividade emitida pelo órgão municipal;
- VII - Venda de bebidas alcoólicas a menor.
- VIII – Não atendimento de qualquer das disposições constantes nesta lei;

§ 1º - Para o exercício do poder fiscalizatório, de apreensão ou mesmo de cassação da licença dos ambulantes irregulares, o fisco municipal poderá solicitar o uso de força policial, se necessário.

§ 2º - Os ambulantes que forem reincidentes nas infrações dispostas nesta Lei serão proibidos, de forma permanente, de atuarem nos limites do município de Jardim/MS.

Art. 8 - Pelas infrações a seguir enumeradas serão impostas as seguintes penalidades:

I - Vender mercadorias não permitidas:

Penalidade: multa de 100 UFMJ – unidades fiscais do Município de Jardim.

II - Vender mercadorias fora do local permitido:

Penalidade: advertência verbal e apreensão das mercadorias, além de multa de 250 UFMJ – unidades fiscais do Município de Jardim.

III - Deixar de cumprir os preceitos sanitários ou de higiene relativa ao tipo de comércio:

Penalidade: multa de 500 UFMJ – unidades fiscais do Município de Jardim, apreensão das mercadorias comercializadas, e conforme a gravidade dos fatos, a suspensão da atividade exercida.

IV - Dificultar ou ludibriar de qualquer forma a fiscalização:

Penalidade: multa de 100 UFMJ – unidades fiscais do Município de Jardim, apreensão das mercadorias comercializadas, podendo ser suspensa a atividade exercida.

Parágrafo único. Toda infração que resultar em penalidades previstas neste artigo implicarão em orientação,





CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AV. DUQUE DE CAXIAS, Nº 206 – CENTRO - CEP. 79.240-000 - JARDIM - MS

notificação e apreensão da mercadoria ou produto pela fiscalização municipal.

Art. 9 - Os vendedores ambulantes deverão portar obrigatoriamente consigo os seguintes documentos:

I – Autorização ou licença para o exercício da atividade;

II - Carteira de identidade ou carteira profissional

II – Licença Sanitária, se for o caso;

Parágrafo único. Sem o prejuízo do disposto no artigo 10 desta Lei, os ambulantes fiscalizados que não estiverem portando os documentos do *caput* deste artigo poderão ter a licença especial cassada e serem retirados do município, inclusive com o apoio de força policial se necessário.

Art. 10 – O Poder Executivo Municipal regulamentará através de Decreto a presente Lei Complementar, no que for necessário para a sua aplicação.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JULIANO DA CUNHA MIRANDA

Prefeito Municipal

ANEXO I

TAXA DE LOCALIZAÇÃO DE ATIVIDADE AMBULANTE E EVENTUAL

DISCRIMINAÇÃO

VALOR EM UFMJ





CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM - MS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AV. DUQUE DE CAXIAS, Nº 206 – CENTRO - CEP. 79.240-000 - JARDIM - MS

| | POR DIA | POR MÊS |
|---|----------------|----------------|
| I – COMÉRCIO AMBULANTE E EVENTUAL | | |
| Por vendedor com cesta | 15 UFMJ | 30 UFMJ |
| Por vendedor com bicicleta ou carrinho manual | 15 UFMJ | 40 UFMJ |
| Veículo automotor | 30 UFMJ | 100 UFMJ |
| Artesanato (m ²) | 10 UFMJ | 30 UFMJ |
| Outro meio de comércio permitido não definido anteriormente (por vendedor) | 30 UFMJ | 100 UFMJ |

JARDIM/MS, 23 de Maio de 2025

Ver. Tereza Moreira - presidente
Presidente(a)

